

A RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E A QUESTÃO RACIAL NO PROJETO POLÍTICO DO PT NA DÉCADA DE 1990

Claudete Gomes Soares¹

Este artigo aborda as alterações no projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT) na passagem da década de 1980 para a de 1990 e os seus impactos para a politização do tema da questão racial. É possível identificar alterações significativas no projeto político do PT ao analisarmos os documentos partidários oficiais: programas de governos para os pleitos federais, as resoluções de encontros e congressos do PT, tomando-se como referência as décadas de 1980 e de 1990.

De forma simplificada podemos dizer que o projeto político partidário que esteve em construção na década de 1980, tinha como linha mestra a centralidade da luta de classes, a qual implicava um tipo de compreensão da luta política e da disputa pelo poder na sociedade.

Era esse o princípio que definia a tarefa do partido: a construção de uma sociedade socialista.

No início da década de 1990, no entanto, começa a ser gestado no partido, como resultado das disputas partidárias, um novo projeto político que se desenvolvia tendo a cidadania como referência. Esse deslocamento ideológico da luta de classes para a cidadania recolocava em outros termos as tarefas do partido e a sua relação e interlocução com os demais grupos, organizações e movimentos políticos e sociais atuantes na sociedade. O projeto que passou a ser construído na década de 1990, definia as tarefas do partido em termos de radicalização da democracia, entendida como ampliação de direitos. Em termos concretos, isso significava a expansão do quadro de interlocutores privilegiados do partido. Os atores coletivos constituídos por identidades diversas e organizados politicamente em torno de demandas específicas alcançaram, no discurso partidário na década de 1990, o mesmo patamar dedicado às organizações da classe trabalhadora na década de 1980. Diante dessa conjuntura, a pergunta que nos guia é se essa alteração na forma como o partido se apresenta à sociedade e se propõe a interagir com outros agrupamentos e temas políticos teria se traduzido em uma ampliação dos espaços partidários para o debate e a politização da questão racial e no fortalecimento da militância negra petista.

O PT emergiu no cenário político nacional na década de 1980, no processo de luta pela redemocratização e oposição à ditadura militar, como um partido que interpelava a classe trabalhadora e todos os excluídos da arena política. Essa característica fez com que os vários movimentos sociais, que também compunham o cenário de oposição ao Estado autoritário, se identificassem com a proposta de um partido de trabalhadores. É por essa razão que ao estudarmos o PT na perspectiva da temática racial temos de considerar: a) os encontros e desencontros do partido com o movimento social negro, que tem tido historicamente a tarefa de pautar essa problemática na sociedade brasileira; b) a forma como as diversas organizações do movimento social negro entendem o papel do partido na politização desse tema; c) as limitações e possibilidades da militância negra que elegeu o PT como o espaço para o desenvolvimento de seus interesses específicos em sua atuação interna e em sua relação com as organizações do movimento social negro; d) o estado da arte do debate sobre as relações étnicas e raciais na sociedade brasileira.

Mesmo que não tenhamos espaço para desenvolver todos esses tópicos, é sempre importante frisar que são eles os pressupostos deste artigo e têm sido importantes variantes analíticas nos espaços onde tratamos do tema de forma mais profunda².

Os deslocamentos de significado no projeto político petista da década de 1990

Durante a década de 1990 o PT se viu às voltas com desafios ligados à sua identidade de classe e, por consequência, ao seu projeto socialista. A década de 1980, terminara com a derrota do candidato petista, Luiz Inácio Lula da Silva, ao pleito presidencial para o candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello. A derrota do candidato petista colocara em questão a abrangência política do projeto que se dirigia antes à classe trabalhadora, por meio do qual o partido havia se apresentado à sociedade naquele contexto eleitoral.

O processo de preparação da campanha de 1989 e o programa de governo a ela correspondente estavam inscritos em um campo político de enfrentamento de classes: burguesia e classe trabalhadora, direita e esquerda, que traduziam o projeto político que havia se consolidado no partido durante a década de 1980.

Na década de 1980, o PT entrara para a cultura política brasileira com as tarefas: a) de criar uma democracia que desse voz aos trabalhadores e oprimidos; b) possibilitar reformas a partir do interesse dos trabalhadores; e c) preparar o terreno para uma revolução socialista³. A década de 1990, por sua vez, iniciou-se com o questionamento das potencialidades revolucionárias do partido, como resumia Florestan Fernandes. Foi ele que, em duas teses para o I Congresso Nacional do PT em 1991, apontou a necessidade do partido:

Refundir os fundamentos de sua existência e propor em termos mais exigentes seus problemas de organização. Se não fizer isso, neste instante, perder-se-á como partido de massas, socialista e revolucionário. Oscilará de posição, convertendo-se em partido da ordem, de centro-esquerda, uma fatalidade brasileira.⁴

A posição de Florestan Fernandes expressava os termos das disputas entre as correntes e as tendências do PT em torno de qual projeto político deveria orientá-lo. Na década de 1990, essas disputas levaram à hegemonia das forças internas que propunham a definição da política partidária ancorada na valorização da democracia e da cidadania em prejuízo do projeto guiado pela independência de classe e de luta pelo socialismo. Este era defendido pelas correntes mais à esquerda no partido, com as quais se identificavam Florestan Fernandes e uma parcela – que parecia ser predominante – da militância negra petista que compunha a militância de base do PT ou que estava construindo espaços dedicados à questão racial no partido.

Desde a sua fundação até 1983, o PT foi dirigido pelo grupo ligado aos militantes sindicalistas liderados por Lula, sem que ele existisse enquanto uma corrente partidária. Em 1983, esse grupo passou a se organizar como uma tendência denominada Articulação dos 113 (Articulação), fazendo frente às outras tendências, em sua maioria, ligadas aos agrupamentos de esquerda⁵. Durante toda a década de 1980 a Articulação seguiu como o grupo hegemônico no PT. A partir da década de 1990, mudanças nas orientações políticas do grupo levaram à sua divisão em Articulação de Esquerda (grupo menor) e Articulação Unidade na Luta (grupo maior). Essa cisão impossibilitou a permanência da Articulação enquanto grupo hegemônico. A Articulação Unidade na Luta aproximou-se, então, da Democracia Radical – tendência que resultou da fusão da Vertente Socialista com o Partido Revolucionário Comunista (PRC), grupo saído do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – formando o que, na linguagem partidária, é conhecido como campo majoritário⁶.

As mudanças ideológicas experimentadas pelos dirigentes partidários ligados a esse campo impulsionaram as alterações no projeto político partidário que se resumem no distanciamento do referencial classista e na aproximação da cidadania como forma de interpelar a sociedade ao longo de toda a década de 1990. Esse deslocamento deve ser pensado em um contexto maior de crise da esquerda mundial e de avanço do projeto neoliberal, mas é revelador também dos limites do socialismo petista e de sua identidade de classe na luta pelo governo federal, que na década de 1990, passou a ser uma meta do partido. No bojo dessas mudanças, a luta contra o neoliberalismo passou a ocupar o espaço dedicado à construção do socialismo nos objetivos estratégicos do partido.

A vitória eleitoral de Collor em 1989, representou a vitória da proposta neoliberal na sociedade brasileira com quase uma década de atraso em relação aos países de capitalismo avançado.

De forma geral, podemos dizer que a política neoliberal se desenvolveu e se fortaleceu em uma conjuntura desfavorável às forças políticas de esquerda, tanto nacional como internacionalmente. A queda do muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991, simbolizaram o fim da política internacional bipolar, fortalecendo o capitalismo e deixando as forças políticas identificadas com o polo socialista órfãs de referenciais. O PT, que se apresentou no contexto da abertura política e se consolidou na década de 1980 como o principal partido de esquerda da sociedade brasileira, não ficou incólume a esses processos. Suas ações e discursos foram remodelados pelo avanço da política neoliberal e pelo impacto das transformações engendradas nos países do Leste Europeu.

A análise dos documentos oficiais do PT em dois momentos de sua história partidária, a década de 1980 e década de 1990, mostram os impactos dessas transformações nos projetos políticos partidários.

Nas eleições presidenciais de 1989, as propostas de governo eram apresentadas à sociedade a partir da perspectiva de transformações profundas na sociedade, identificadas com o socialismo. Era esse o tom que acompanhava as propostas de governo presentes nos fascículos temáticos do programa de governo de 1989. O fascículo “Sociedade” iniciava e terminava com a afirmação do socialismo petista:

Na prática, fomos conquistando maior acúmulo de forças. Através dos movimentos sociais, da ação partidária, da luta parlamentar e das administrações municipais populares vamos ampliando espaços políticos e criando condições para reorganizar a sociedade brasileira mediante transformações profundas. Se não há saída no sistema capitalista para a classe trabalhadora, o socialismo é a alternativa histórica nesta etapa da evolução da humanidade. Só através do socialismo haverá condições de deter a sangria de recursos humanos e materiais, imposta ao Brasil pelos países ricos, devolvendo ao povo as riquezas geradas por seu trabalho [...]. Entendemos que só o socialismo tornará possível a existência de uma plena democracia, da plena liberdade para todos, de uma real igualdade social [...].⁷

O programa de 1994, por sua vez, orientava-se por uma perspectiva de ampliação da cidadania:

O programa é de um governo que se empenhará na radicalização da *democracia política* através da democracia econômica e social do país. Esta meta – em realidade um processo – será atingida por meio da *universalização da cidadania*, do respeito aos direitos humanos, da constituição de um espaço público em que se criem novos direitos, garantidos a igualdade e respeito às diferenças de ideias, religiões, etnias, gênero, idade, orientação sexual e opções de vida.⁸

Houve uma efetiva alteração na linguagem partidária, moldada pela substituição dos princípios constitutivos do projeto político partidário da década de 1980: socialismo e luta de classes, por direitos e cidadania. Foram esses os princípios que respaldaram o projeto de radicalização da democracia e passaram a nortear as ações e os discursos partidários a partir da década de 1990.

Esse deslocamento de significados redefiniu os espaços de poder no interior do partido, conferindo aos agrupamentos que se identificavam com a proposta socialista e com a luta de classes um espaço secundário na definição das diretrizes partidárias. Por outro lado, abriu a possibilidade para que o partido tivesse uma maior interlocução com atores coletivos diversos.

A questão racial nos projetos políticos do PT: Entre a luta de classes e a cidadania

Neoliberalismo, exclusão e cidadania: redefinindo o campo da esquerda

Na década de 1980, o PT tendeu a tratar as demandas do movimento negro como problemas menores e que diziam respeito ao próprio movimento. Isso não significa que o partido não reconhecesse a existência de um problema racial na sociedade brasileira. Os principais documentos do PT⁹, desde sua fundação, sempre fizeram menção à questão racial e às lutas dos movimentos sociais de uma forma geral. No entanto, quando analisamos os documentos da década de 1980 não encontramos uma reflexão sobre a questão racial. As referências restringem-se a expressões de apoio e de solidariedade seguidas da ênfase na autonomia do movimento social negro.

Esse procedimento é guiado por uma distinção entre o princípio da exploração e da opressão na compreensão das lutas sociais. A exploração aplica-se às lutas identificadas com a classe trabalhadora e a opressão àquelas que são entendidas a partir da exterioridade a esse campo:

O PT manifesta-se *solidário* com os movimentos *de defesa dos demais oprimidos*, entendendo que *respeitar as culturas e as raças* significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, *sobretudo, o econômico*.¹⁰

A ausência de uma reflexão no sentido de articular a dominação cultural e simbólica à econômica – articulação que estava presente no movimento negro de forma apenas embrionária – fez com que a questão racial fosse incorporada ao temário petista como uma forma de opressão e não encontrasse muito espaço no projeto hegemônico que interpelava antes a classe trabalhadora.

A grande maioria dos militantes negros de esquerda ligados ao campo do movimento social negro guiava a sua prática política pautada na imbricação entre raça e classe. Alguns militantes negros que foram para o PT tinham passado pelas organizações de esquerda que estiveram na origem do partido e se identificavam com o projeto socialista do Partido dos Trabalhadores. Foi, sobretudo, essa militância que iniciou um processo de construção de espaços dedicados ao debate da questão racial no interior do partido, legitimado pelo fato de este debate estar comprometido com a luta da classe trabalhadora, como sintetiza o documento da Comissão de Negros do PT de 1982:

Nós entendemos o Partido dos Trabalhadores como aquele no qual os negros devem participar em função de sua composição de classe, pois é formado por operários, funcionários públicos, estudantes, médicos, engenheiros, enfim, trabalhadores em geral. E também pelo seu programa que coloca claramente a luta contra o regime dos patrões, ainda por seu compromisso com as lutas dos trabalhadores e oprimidos em geral, colocando na ordem do dia suas reivindicações.¹¹

Não obstante essa identificação, a relação da militância negra com PT, na década de 1980, foi pontuada pelo descontentamento em razão do pouco espaço dedicado pelo partido à temática da questão racial e da invisibilidade dos negros nas instâncias de poder. A avaliação da militância negra sobre a inabilidade do PT em tratar a temática das desigualdades, discriminações e opressões raciais aponta para os limites do projeto político partidário que elegeu a classe trabalhadora como interlocutora privilegiada sem considerar as demais clivagens que intensificariam as relações de exploração. O argumento da militância negra, ao apostar na articulação entre raça e classe, era o de que a dimensão racial desempenharia um papel potencializador da luta de classes, em razão de a maioria da população negra ser também integrante da classe trabalhadora. No entanto, a política partidária dominante não conseguiu incorporar a politização da questão racial como uma tarefa do partido¹².

A identificação da militância negra petista com o projeto de transformações profundas na sociedade, representado pelo socialismo petista, tornaria complexo o avanço da politização da questão racial pelo partido na década de 1990, quando da hegemonia do projeto político que tinha como orientação a radicalização da democracia. Por outro lado, o fato de o partido introduzir em seu universo político novas chaves de compreensão para a luta política poderia significar um campo mais fértil para o entendimento da especificidade da questão racial na sociedade brasileira e para a conquista de poder pela militância negra petista. O que acabou não ocorrendo.

Com o avanço do projeto neoliberal a esquerda de forma geral e o PT, como integrante do campo da esquerda, tiveram que assumir a tarefa de responder às consequências das políticas neoliberais que ganharam forma na intensificação das desigualdades, as quais passaram a ser sintetizadas pelo termo exclusão. É esse o processo que leva a uma mudança estratégica para a esquerda, como sintetiza Tarso Genro¹³:

O projeto neoliberal leva a uma grande descoesão social. Essa descoesão social não só muda a *subjetividades dos indivíduos*, que tendem cada vez mais ao privado, como também leva a sucessivas “guetizações” na sociedade, ele gera

um processo de fragmentação social, fazendo emergir microorganizações e microrredes de resistências, que não se comunicam entre si e que, na verdade, são vítimas de uma dispersão que ocorre na base social. Esse fato é absolutamente visível, inclusive na fragmentação e na dispersão da própria classe operária, que servia como base estruturadora de uma visão programática estratégica. Ainda continua servindo, mas apenas parcialmente, *já que o mundo do trabalho em geral e não apenas os trabalhadores em particular, que compõem uma gama enorme de prestadores, combina-se com os explorados e os excluídos pelas mais diversas formas de mercantilização.*¹⁴

Genro enumera acima vários aspectos que passaram a desafiar as organizações de esquerda que tinham a sua política centrada na representação da classe trabalhadora como o agente capaz de unificar um projeto de transformação social. No momento em que a própria classe trabalhadora passa a ser retratada sob o signo da fragmentação e da dispersão, colocam-se em questão os elementos que historicamente foram utilizados para definir o campo de esquerda: o projeto socialista e a luta de classes. O projeto socialista e a base classista levaram o PT, na década de 1980, a priorizar os agrupamentos que se guiavam politicamente contra a exploração e a secundarizar os movimentos referenciados a outras formas de opressão. No entanto, o avanço das políticas neoliberais trouxe à baila e redefiniu o debate sobre os processos de exclusão e suas implicações para os direitos sociais, políticos e civis concernentes à cidadania.

O fortalecimento e a popularização da noção de exclusão social estão diretamente ligados ao enfraquecimento do Estado de bem-estar social e à emergência de um novo paradigma societal, resultado de novas relações no mercado de trabalho, na economia e na vida cotidiana: fim de uma organização econômica que garantia o pleno emprego; a precariedade do trabalho; a ausência de qualificação; o enfraquecimento dos laços familiares e incerteza quanto ao futuro. A exclusão representa para a sociedade contemporânea aquilo que significou o pauperismo no período de formação da sociedade capitalista: o capitalismo selvagem. Contudo, a exclusão é gerada por uma crise dessa sociedade depois das conquistas, quando a miséria já não mais parecia ser um problema. Tanto o pauperismo quanto a exclusão são fenômenos ligados a uma nova condição caracterizada pela privação material, degradação moral e a processos de dessocialização. A diferença entre eles, no entanto, é que o pauperismo se desenvolvia no interior da esfera produtiva e a exclusão remete à situação daqueles que estão fora desse espaço¹⁵.

Essa realidade trouxe incertezas quanto à possibilidade de superação da ordem capitalista e a necessidade de encontrar novas estratégias

de oposição a essa sociedade. É nesse quadro que a cidadania tem-se consolidado como instrumento de luta política para os movimentos comprometidos com a igualdade, conferindo visibilidade a novos temas, atores e sujeitos. Norberto Bobbio¹⁶, em seu debate sobre a definição dos campos da direita e da esquerda, entende que os conflitos entre raças, grupos étnicos, minorias culturais e religiosas devem ser considerados como parte dos problemas maiores do futuro e são bandeiras que sensibilizam a esquerda em razão do compromisso desse campo com a igualdade. E para Anthony Giddens, a igualdade passa a ser sinônimo de inclusão: “Inclusão refere-se, em seu sentido mais amplo, à cidadania, aos direitos e às obrigações civis e políticas que todos os membros de uma sociedade deveriam ter, não apenas formalmente, mas como uma realidade de suas vidas. Refere-se também às oportunidades e ao envolvimento no espaço público”¹⁷.

Quando voltamos a nossa análise para os conteúdos programáticos do PT dos anos 1990, nos deparamos com as questões colocadas por Bobbio e Giddens. Nos documentos do partido desse período o termo exclusão é empregado como ausência de cidadania; a falta de acesso aos direitos garantidos pela lei: proteção social, participação política e bem estar econômico.

Os impactos das alterações no projeto petista para a politização da questão racial

Lembremos que a principal crítica da militância negra petista ao partido na década de 1980 residia no fato de ele subsumir a questão racial na luta de classes, tornando-a invisível politicamente. O enfraquecimento do projeto político referenciado à classe trabalhadora teria ampliado o debate sobre a questão racial e o espaço de poder da militância negra petista?

Para melhor ilustrar as particularidades que cercam a politização da questão racial no universo político petista é importante introduzir nesse debate um elemento de comparação sobre como o partido passou a lidar com outras questões específicas. Por entender que a raça, o gênero e a classe são elementos estruturantes dos processos de dominação e desigualdades na sociedade contemporânea, consideramos válido lançar um olhar sobre a politização da questão de gênero pelo partido. O pertencimento real ou suposto a um grupo étnico ou racial assim como ao gênero feminino particularizam os processos de dominação em que estão envolvidas as mulheres e a população negra. Esses grupos devem sua experiência de subordinação e dominação tanto à estrutura econômica como às normas de avaliação cultural. A subordinação racial tem sua raiz na hegemonia de uma norma cultural que valoriza positivamente o branco e desvaloriza o negro e os não brancos, enquanto a

condição de subordinação da mulher se produz no contexto de um quadro simbólico que valoriza as características ligadas à masculinidade¹⁸.

No entanto, ser negro e/ou ser mulher implica também um acesso diferenciado aos bens materiais em razão do papel que esse aspecto desempenha na organização da economia, o que se torna evidente na divisão sexual do trabalho e em uma divisão racializada do trabalho. O gênero é um princípio organizador da economia política, pois está na base da divisão do trabalho produtivo remunerado e do trabalho reprodutivo e doméstico gratuitos, sob responsabilidade das mulheres, assim como na definição social de profissões com maior prestígio (atividades profissionais e industriais bem remuneradas), predominantemente masculinas, e atividades profissionais consideradas femininas, mal-remuneradas. Também a raça está presente na estruturação econômica, ao aprisionar os negros em atividades subalternas e informais, com baixos salários e pouco *status* social e garantir aos brancos a ocupação de atividades profissionais com maior prestígio social e com maior remuneração.

Apesar dos pontos em comum entre a questão de gênero e a questão racial, a forma como elas são problematizadas depende da ação dos movimentos sociais a elas referenciadas e do preparo da sociedade para entender e responder as demandas que esses movimentos apresentam.

No processo de deslocamentos de significados no projeto político partidário do PT, a questão de gênero, que já tinha avançado na década de 1980, como resultado das estratégias do movimento feminista, obteve maiores ganhos políticos do que a questão racial. Em razão do acúmulo político produzido pelo movimento de mulheres/feminista, o setorial de mulheres do partido se organizou, no início da década de 1990, para ocupar maiores espaços de poder no PT por meio da defesa da implantação de uma cota de 30% para as mulheres nas instâncias de direção partidária: municipal, estadual ou nacional. Proposta que foi aprovada no I Congresso de 1991, inaugurando assim as políticas de ações afirmativas no partido¹⁹.

O estabelecimento de uma cota foi defendido pelas mulheres como um instrumento de reversão dos processos de subalternização por elas experimentados no cotidiano partidário. As relações de poder internas reproduziam os mecanismos de subordinação com base em gênero operantes nas relações sociais. Também no Partido dos Trabalhadores as mulheres estavam aprisionadas a certas funções consideradas “naturalmente” femininas: auxiliares e secretárias dos homens, uma vez que a seleção para os cargos de direção era feita com base em características consideradas masculinas: agressividade, competitividade individual etc.

Ao recorrerem às cotas como meio para alterar as percepções dominantes do papel da mulher nas estruturas de poder, o setorial de mulheres

colocava em xeque o princípio de igualdade formal pelo lado liberal e a homogeneidade das classes sociais pela esquerda.

O I Congresso, por se constituir em um espaço dedicado ao debate dos rumos partidários, tornou-se um fórum no qual os diversos grupos e setores organizados no partido disputaram as suas concepções políticas e apresentaram demandas e críticas. A militância petista com vínculos com os movimentos sociais mais uma vez expressou a insatisfação com a forma como o partido lidava com esses movimentos, como setoriais e localizados, priorizando em sua interlocução a luta sindical²⁰.

Os documentos conclusivos do Congresso procuram responder a essa pressão mostrando uma maior abertura do partido aos movimentos organizados em torno de opressões específicas e a disposição em reformular a política partidária em direção a uma maior aproximação desses grupos. Ao fazê-lo, esboça uma autocrítica à centralidade conferida à compreensão das lutas sociais e políticas por meio do princípio da exploração:

O partido precisa repensar sua atuação na sociedade, entendendo as diferentes formas de opressão nela existentes, que não se resumem à contradição capital-trabalho, mas se estendem a processos discriminatórios e de exclusão econômica, social, cultural e política, que expressam a *natureza de classe, de raça e de gênero*, característicos do processo de dominação instituído nos poderes e na sociedade e responsável pela transformação da maioria em minorias políticas [...]. Apesar do fato de todas as pessoas estarem imersas nas relações de classe, existem sistemas de opressão que são também determinantes na vida das pessoas, na construção de valores, na organização das relações sociais e pessoais, com é o caso *das relações de gênero*.²¹

No contexto do I Congresso, foi sem dúvida o setorial de mulheres que teve mais condições e acúmulo político para introduzir esse discurso e desencadear ações nessa direção. No entanto, é preciso lembrar que os militantes ligados aos vários movimentos sociais e ao setorial de combate ao racismo estavam sempre convocando o partido a incorporar suas propostas no debate e a tomar posição quanto a elas. Os documentos finais desses eventos partidários revelam a correlação entre as forças e a capacidade dos grupos em disputa de fazer valer suas concepções como sendo do próprio partido²².

Esse reconhecimento dos grupos específicos pelo partido teve reflexos também para o tema da questão racial. Antes mesmo do I Congresso, no 7º Encontro Nacional em 1990, a militância negra, em sua disputa e negociação com o partido, já havia conseguido uma significativa alteração no discurso partidário sobre a questão racial. No trecho a seguir, a “exploração racial”

apresenta-se como um fator causal da ação política não organizada e expressa uma tentativa de reflexão sobre a questão racial vinculada à ideia de exploração da classe trabalhadora, tal como propunha a militância negra:

Para ampliar sua ação junto à sociedade, tornando-se referência para todos os trabalhadores e para a população em geral, com legitimidade para atuar junto a setores historicamente distanciados da ação política organizada, consequência da secular exploração racial no Brasil, o Partido terá que elaborar uma política de relações raciais, a partir do entendimento de que o racismo não é apenas um problema de negros, mas uma questão nacional que reflete diretamente na luta de todos os trabalhadores do país.²³

Como forma de concretizar essa política de relações raciais, o partido se compromete a realizar encontros e seminários com a participação de militantes e setores progressistas do movimento negro, com o objetivo de contemplar “a multiplicidade e as contradições da sociedade brasileira e das regiões, de forma a ampliar a sua ação classista”²⁴.

É necessário nos determos um momento na linguagem presente nessa abordagem da questão racial na resolução do 7º Encontro Nacional. A tese do artigo é a de que o refluxo do projeto centrado na ação política da classe trabalhadora teria provocado o partido a se mostrar receptivo a outros temas e sujeitos, antes considerados interlocutores menores. No entanto, a forma como os temas são introduzidos no universo partidário depende da ação e da concepção dos setoriais organizados no partido e da relação destes com os movimentos sociais implicados com as questões que apresentam. Enquanto o setorial de mulheres organizado no PT introduzira na década de 1990, o tema da política de cotas e das ações afirmativas, a questão racial continuava associada ao projeto de transformação social. A articulação entre raça e classe foi a estratégia utilizada pela militância negra para inserir o tema da questão racial no partido e ela se prolongou durante a década de 1990, em razão de parte significativa da militância negra à frente desse debate fazer parte ou se identificar com os agrupamentos mais à esquerda do partido. Essa característica manteve a militância negra à margem do projeto partidário hegemônico também na década de 1990. Isso não a impediu de conseguir que o partido expressasse em seus documentos uma autocrítica à forma como vinha tratando a temática e se comprometesse a iniciar uma política capaz de problematizar esse tema no universo partidário.

Nos textos dos encontros que se realizaram durante a década de 1990, o partido retoma reiteradas vezes o tema e reconhece a ausência de uma política interna de combate ao racismo: “O compromisso com o movimento negro

não pode resumir-se às comemorações dos 300 anos de Zumbi. O PT tem de fortalecer, em sua agenda e na sua estrutura partidária, a luta contra a discriminação e de apoio ao movimento negro”²⁵.

Cidadania e diferença no campo do movimento social negro: A Marcha de 1995

A aprovação de cotas para as mulheres na direção partidária em 1991 refletiu uma estratégia particular do movimento feminista e de mulheres em sua relação com outras forças da sociedade. Ela teve pouco reflexo sobre a militância negra petista que, por sua vez, interpelou o partido a partir das propostas presentes no movimento social negro e de sua inserção nas correntes e tendências em disputa pelo poder no partido. A proposição de ampliação de direitos para a população negra com base nas políticas de ações afirmativas²⁶, em geral, e na política de cotas, em particular, começou a se difundir entre as entidades e organizações do movimento negro a partir da segunda metade da década de 1990 e tem na Marcha Zumbi de 1995 um marco importante. Mas só se transforma efetivamente em uma linguagem de setores amplos do movimento negro quando da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul.

No dia 20 de novembro de 1995, data da comemoração dos 300 anos de morte de Zumbi, a militância de várias entidades do movimento negro organizou a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e a vida. Nesse mesmo dia, um documento assinado pela executiva da Marcha²⁷ foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

A Marcha tinha como objetivo interpelar o Estado, na qualidade de instituição garantidora de direitos, para que desenvolvesse ações efetivas contra a discriminação racial e a favor do pleno acesso da população negra à cidadania. O documento da Marcha entregue ao presidente apresentava um balanço sobre as desigualdades e os problemas que afetavam a população negra nas áreas de educação, saúde, trabalho, violência. Sintetizava também os avanços políticos em direção ao combate à discriminação por meio da criação de órgãos governamentais e sua insuficiência diante do quadro de desigualdades em que vivia a população negra. E, por fim, apresentava um programa de superação das desigualdades raciais que questionava a eficiência da democracia formal e defendia a incorporação da diferença à cidadania como forma de se alcançar os ideais democráticos.

Os dados divulgados mostravam que a igualdade humana básica que deveria garantir a participação integral de cada indivíduo na comunidade, tal

qual pressupunha a concepção clássica de cidadania²⁸, no caso da população negra não se completava em razão do papel desempenhado pelo suposto pertencimento racial ou étnico. As diversas entidades do campo do movimento social negro, ao jogarem luz sobre o papel que o pertencimento grupal desempenhava no acesso aos direitos e na vivência da cidadania, repunham o papel do cultural e do simbólico na constituição das relações desiguais e hierárquicas que caracterizavam realidades como a brasileira, constituídas sob a égide do autoritarismo social.

As diferenças que a concepção de igualdade como homogeneidade procuravam ocultar – ao tomar o indivíduo como ser indiferenciado – continuavam, na prática, a hierarquizar e a delimitar lugares sociais, uma vez que “os direitos estão inscritos na dinâmica cultural e simbólica da sociedade”²⁹.

Os dados apresentados sobre as condições de vida da população negra mostravam que a evolução da cidadania na sociedade brasileira ocorria em tempos diferentes para os brancos e para aqueles que tiveram seu ingresso na sociedade com base na diferença legitimadora de desigualdades ressignificadas nas relações modernas.

Entre as ações concretas que o movimento social negro reivindicava do Estado estava a formação de um banco de dados sobre a população negra, a partir da inclusão do quesito cor em qualquer sistema de informação sobre emprego e desemprego, inativos e pensionistas, declaração de nascimento e óbito, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo. Na área de trabalho, propunha o estabelecimento e incentivos fiscais às empresas comprometidas com a promoção da igualdade racial e políticas de combate à feminilização da pobreza.

O texto propunha políticas de ações afirmativas para a área de educação como forma de promover o acesso de pessoas negras a cursos profissionalizantes, à universidade e a áreas de tecnologia de ponta, ao lado de outras reivindicações referidas ao livro didático, à formação de professores e educadores, para um melhor tratamento da “diversidade racial”; concessões de bolsas a jovens negros de baixa-renda para a conclusão do ensino primário e secundário e também a recuperação e o fortalecimento da escola pública.

As respostas do presidente Fernando Henrique às demandas do movimento por políticas de promoção da igualdade racial e pelo reconhecimento da diferença situaram o debate sobre as relações raciais no Brasil em uma perspectiva multicultural, como podemos perceber nos discursos sobre o tema:

Nós valorizamos a existência de *muitas raças* entre nós. Cada uma com suas características, todas com a capacidade de desenvolver uma vida em comum e de não fazer das suas diferenças motivo para privilégio. E isso é muito importante.

A formação de uma sociedade democrática implica que o Governo atue muito claramente nessa direção. Se não houver essa convergência de esforços da sociedade civil e do aparelho de Estado, não vamos conseguir, realmente, transformar numa realidade cotidiana naquilo que gostamos de ressaltar como valor. Ou seja, a tolerância, o fato de que somos capazes de conviver na *multiplicidade de raças e de culturas*.³⁰

O discurso de FHC vai ao encontro da formulação utilizada pelo movimento negro para interpelar o Estado: a ideia da pluralidade étnica e racial:

É dever do Estado Democrático de Direito esforçar-se para beneficiar-se da igualdade de oportunidade [sic], assegurando a eliminação de qualquer fonte de discriminação direta ou indiretamente e reorientando o sistema educacional no sentido da valorização da *pluralidade étnica* que caracteriza nossa sociedade [...]. Não basta repetirmos a mesma abstenção da prática discriminatória: impõem-se medidas eficazes de promoção da igualdade de oportunidades e respeito à *diferença*.

Portanto, o reconhecimento do Estado de que a nação brasileira se explica pelo seu caráter *multirracial* passa pela garantia efetiva do respeito à *diferença*, devendo esta ser trabalhada também na perspectiva da política exterior.³¹

As demandas do movimento negro, inseridas em uma perspectiva multicultural, se opunham à identidade nacional mestiça que desde a década de 1930 até a década de 1970, foi hegemonicamente utilizada como sinônimo de brasilidade. No lugar de uma identidade nacional, outrora tão ressaltada, o presidente falava em multiplicidade de raças e culturas, e o movimento negro falava em caráter multirracial e em pluralidade étnica da sociedade brasileira.

Os impactos da Marcha para a militância negra petista

Apesar desse debate sobre multiculturalismo ter tido pouca repercussão no PT, como forma de alterar a direção dada à politização da questão racial pela militância negra petista, a organização nacional do movimento negro em 1995, por meio da Marcha, teve como efeito ampliar os espaços institucionais para essa problemática na estrutura partidária.

No final da década de 1980, como fruto do debate em torno do Centenário da Abolição, os militantes negros petistas passaram a se organizar em uma subsecretaria vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares, denominada Subsecretaria de Negros. Em 1995, novamente o cenário nacional de visibilidade da questão racial levou à ampliação do setorial responsável

pela politização da questão racial no PT. Nesse ano foi criada a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) como parte da estrutura partidária.

A criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT em 1995, na qualidade de uma estrutura partidária, propiciava aos militantes negros petistas maiores espaços na disputa política partidária. Parecia indicar que “o reconhecimento da importância estratégica da luta contra a discriminação racial *pode* começar finalmente a sair do papel, se materializando em políticas para a intervenção partidária nas diversas esferas”³².

A SNCR, em suas duas primeiras gestões (1996 e 1997; 1998 e 1999) teve direito a assento, a voz e a voto na Executiva e no Diretório Nacional do Partido. Porém, a partir das deliberações do II Congresso Nacional, realizado em 1999, ela perdeu o direito a voto, mantendo apenas o direito a voz. Isso aconteceu em razão do surgimento de outras secretarias: Juventude, Meio Ambiente etc., o que levou a direção do partido a limitar a participação desses setoriais, respaldada no argumento de que a disputa por meio das tendências era suficiente para equilibrar a distribuição de poder no partido³³. Embora o partido tenha se comprometido desde o I Congresso em 1991, com ampliar o seu diálogo com os grupos específicos, à proporção que esses grupos se multiplicavam e se estruturavam por meio de demandas específicas, houve a reação de limitar sua participação nas tomadas de decisão, retirando-lhes o direito a voto.

A Secretaria é mencionada nos documentos produzidos pelo Setorial de Combate ao Racismo como um avanço no comprometimento do partido com a questão racial e também em alguns depoimentos coletados entre os militantes negros. No entanto, a percepção da importância desses espaços depende do lugar que o militante ocupa no partido, ou seja, seu pertencimento ou não às correntes partidárias, o peso da corrente a que está vinculado nas disputas pelo poder e o tipo de laços que mantém com o movimento social negro. Esses aspectos condicionam as experiências individuais dos militantes negros no PT e interferem nas possibilidades de avanço ou não da politização da questão racial pelo partido.

Waltecy Alves dos Santos³⁴, que faz parte de uma geração mais jovem da militância negra petista, é bastante crítico ao funcionamento dessas estruturas específicas. Em sua entrevista explicitam-se as ambiguidades que permeiam esses espaços e a relação crítica que alguns militantes mantêm com eles, nem sempre revelada nos documentos. Waltecy Alves integra um grupo dentro do partido, intitulado Força Negra do PT, que, segundo ele, aglutina os militantes negros mais à esquerda do partido e que internamente se contrapõe a um grupo de militantes negros ligados ao campo majoritário, por ele identificado, sobretudo, como a Articulação Unidade na Luta. É a partir desse lugar que faz a sua avaliação da concretização de espaços como a SNCR:

Então, por exemplo, eu fui secretário de Combate ao Racismo, pelo Estado [de São Paulo] O que eu percebi durante esse período? Que as questões relacionadas às minorias [...] sempre foram tratadas pelo PT de forma secundarizada, sempre subestimou essas questões [...], a questão das mulheres, a questão dos portadores de necessidades especiais, a questão dos negros, isso nunca fez parte da macropolítica petista. Isso sempre foi colocado de escanteio, nunca foi importante, nunca foi... E uma prova do tratamento da Executiva do partido em relação... do tratamento desrespeitoso da Executiva do partido com esses movimentos, com esses setoriais, que estão organizados dentro da estrutura partidária, é a falta de incentivo estrutural. Então, por exemplo, você pega os setoriais aqui no Diretório Estadual do partido, eles existem no papel, mas de fato eles não existem. Por que não existem de fato? Porque os setoriais não têm voto na Executiva do partido – nem o Setorial de Mulheres, nem o Setorial de Negros, nem Juventude – têm direito apenas a voz. E não têm estrutura nem humana nem financeira para que a política seja tocada. O partido não garante essa estrutura mínima. Que é assim, por exemplo, você ter funcionários, você ter dirigente liberado. O partido não garante isso.

A incorporação da questão racial na agenda política nacional a partir da Marcha e das respostas do governo FHC mergulhou essa problemática nas disputas políticas mais gerais, entre o governo e o PT enquanto líder da oposição. Os militantes negros petistas passaram então a abordar o tema também por meio da disputa política mais geral, predominante na sociedade brasileira na década de 1990:

O governo FHC busca atualizar a atitude das classes dominantes diante da questão racial. Legitimado pelo seu passado acadêmico, busca insinuar uma preocupação com as condições de vida e trabalho do povo negro. Esta atitude tem como objetivo estratégico cooptar setores do movimento negro e conter a possibilidade de irradiação dos interesses do povo negro em torno de um projeto alternativo ao neoliberalismo. Nesse seu primeiro ano de governo tomou algumas iniciativas nesse sentido. Deu início à titulação das terras de remanescentes de quilombos concedendo o título de propriedade à Comunidade de Boa Vista, no Estado do Pará. Como resposta à Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, no dia 20 de Novembro de 1995, através de um decreto presidencial instituiu “um Grupo de Trabalho Interministerial” com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra.³⁵

No entanto, mais uma vez o PT não conseguiu fazer face ao projeto neoliberal, as eleições de 1998 tiveram como resultado a terceira derrota do

candidato petista ao governo federal, deixando à mostra a fragilidade política das forças identificadas com a oposição ao projeto neoliberal de FHC.

O PT encerrou a década de 1990 com a realização de seu II Congresso Nacional em 1999, o que nos permite fazer um balanço da receptividade do partido à temática nessa década e da avaliação da militância negra do partido como um espaço de representação de seus interesses.

As resoluções do II Congresso Nacional do Partido assumem o pouco avanço na elaboração de uma política nacional de combate ao racismo e afirmam a predisposição de incorporar nas eleições de 2000 e 2002, o compromisso com uma política antirracista e de apoio às candidaturas negras. O combate ao racismo é pensando em termos de política de Direitos Humanos e, pela primeira vez, o partido introduz a questão da ação afirmativa para a população negra, impulsionado pela tese do Setorial de Combate ao Racismo, apresentada ao II Congresso:

Mecanismos de ação afirmativa deverão ser utilizados em forma complementar às *grandes reformas* para eliminar a discriminação. O PT multiplicará iniciativas legais nessa direção. Reforçará em todas as administrações municipais e estaduais de que participa programas antidiscriminação. Ao debater e formular políticas públicas, nossos governos começam a incorporar a noção de que os cidadãos se organizam não apenas para a defesa de seus interesses, mas também para proteger e/ou ampliar seus direitos e para conquistar novos. Ainda tímida, essa pressão da sociedade e de nossa militância não foi incorporada plenamente ao modo petista de governar. Precisa ser transformada em ações concretas que beneficiem grupos específicos de jovens, mulheres, negros, portadores de deficiências e indígenas, recuperando uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos. Prefeituras importantes não têm dado importância a essas questões em suas ações de governo.³⁶

A tese do Setorial de Combate ao Racismo não deixa, entretanto, de retomar a politização da questão racial como parte de uma proposta mais ampla de transformações revolucionárias, identificadas com o socialismo³⁷.

Dois aspectos precisam ser ressaltados no que se refere a essa fidelidade à concepção ideológica inicial: primeiro no que tange ao próprio partido e segundo ao encaminhamento político que o debate racial ganhou na sociedade brasileira.

Quando na década de 1990 a militância continuou a empregar a articulação entre raça e classe para pressionar o debate sobre a questão racial no PT, ela o faz por meio da compreensão da disputa política na sociedade, que havia se tornado marginal ou residual no partido.

Por outro lado, também a direção que a politização da questão racial começou a ganhar a partir da segunda metade década de 1990 – respaldada em uma concepção de sociedade multicultural – estava na contramão da articulação entre raça e classe. A percepção da militância negra petista estava em vias de tornar-se residual também em relação aos valores emergentes no campo do movimento negro.

A preservação da concepção inicial, identificada com as posições mais à esquerda no Partido, indicava que as mudanças nos rumos partidários eram um processo sempre em disputa, que mesmo produzindo êxodos, dissidências, expulsões³⁸ não chegava a tornar-se homogêneo. Isto explica porque foi sempre possível encontrar referências ao socialismo nos documentos partidários. É dessa forma que os militantes negros entrevistados, que apresentavam divergências com os rumos do partido, justificavam a manutenção do vínculo com o PT. Entendiam o partido como um campo de disputa no qual a correlação de forças podia se alterar em favor das concepções que defendiam.

No que diz respeito à politização da questão racial, a realização da Marcha a Brasília em 1995, representou tão somente o embrião de um processo que se efetivaria na década seguinte com a realização da Conferência Mundial em Durban em 2001, também durante o governo FHC. Na década de 1990, o debate sobre as ações afirmativas manteve-se marginal, com algumas ações periféricas no plano do governo federal. Entre a militância negra de maneira geral essa era uma questão em processo de maturação. Entre a militância negra petista, as ações e os discursos do então presidente Fernando Henrique Cardoso eram identificados como mais uma manobra de sua política neoliberal.

Isso não significa, entretanto, que os militantes negros petistas ficaram totalmente indiferentes ao tema das ações afirmativas. No III Encontro Nacional de Negras e Negros de PT de 1995, quando foi sugerida a criação da SNCR, uma das atividades propostas, como parte da política de combate ao racismo do PT, era a realização de um seminário para a discussão de elaboração de políticas públicas nas administrações petistas. Com o título “O Partido dos Trabalhadores e a Questão Racial: Seminário nacional de relações raciais e políticas públicas”, a proposta do seminário se concretizou em 1997, em Campo Grande (MS).

O seminário tinha como objetivo pensar meios para influenciar as administrações petistas na formulação de políticas para a população negra e definir um posicionamento em relação às políticas de ação afirmativa. As políticas específicas foram consideradas limitadas, uma vez que insuficientes para “transformações radicais em nossa sociedade”, mas necessárias para o enfrentamento das desigualdades raciais no “aqui e agora”. Entretanto, quando da realização do V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, no final

de 1997, para a eleição da nova coordenação da secretaria, a realização do seminário de Mato Grosso do Sul foi assinalada como um exercício introdutório às ações afirmativas, mas que deveria ser aprofundado, em razão da falta de consenso da militância em torno dessas políticas:

[O Seminário] Introduziu o debate em torno das políticas de ações afirmativas com objetivo de implementar políticas de promoção de igualdade, de tratamento e oportunidades *em específico* para a população negra. *Essa sugestão é polêmica entre nós* [militantes negros petistas] e como não conseguimos aprofundar a discussão sobre o tema nesse Encontro, a próxima gestão da SNCR deve criar mecanismos que encaminhem esse debate *e uma decisão em torno da questão*, já que políticas de ação afirmativa estão presentes em muitos projetos de nossos parlamentares e nas ações de nossos governos.³⁹

É interessante essa percepção de que, embora a militância negra petista ainda não estivesse certa quanto à validade das políticas de ações afirmativas, elas já fossem objeto dos projetos de alguns parlamentares do partido. Em sua dissertação de mestrado sobre as propostas de política de cotas no Rio de Janeiro, Michelle Peria (2004) revela que desde o início da década de 1990, mais precisamente, 1993, Carlos Minc, na época deputado estadual pelo PT do Rio, vinha apresentando projetos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), cujo objeto era a proposição de cotas para estudantes negros e carentes nas universidades públicas estaduais.

Um dos projetos apresentados em 1993, tinha como proposta instituir uma cota de 10% para alunos negros e indígenas em todos os cursos de graduação e pós-graduação das instituições públicas e privadas do Rio de Janeiro, e outro previa cota de 20% para alunos carentes.

No entanto, o que mais nos chamou atenção nos dados apresentados por Peria foi uma carta do Núcleo de Base do PT de Ilha de Governador. A carta é uma reação aos projetos de Carlos Minc em 1993. Em razão de seu conteúdo corroborar a nossa análise, pedimos permissão ao leitor para reproduzi-la, tal qual a apresenta Peria:

A nós, membros do Núcleo de Base Ilha do Governador, causou estranheza *ler nos jornais* sobre o projeto apresentado pelo companheiro, garantindo uma determinada percentagem de vagas das instituições de ensino superior público a pobres e negros. Causou estranheza por não parecer esta uma política que esteja logicamente de acordo com as propostas do nosso partido. [...] É pena que o PT esteja propenso a adotar a política que os norte-americanos chamam de *affirmative action*. Já não basta esta incompreensível lei interna

de que todas as direções de instâncias do partido têm de ser composta por, no mínimo, 30% de mulheres. Como se as mulheres de fato não fossem capazes de alcançar qualquer posição dentro do partido graças à sua própria capacidade. Como colocamos, esta *affirmative action* à brasileira não parece estar dentro da lógica dos nossos ideais. Se os negros ou os pobres não estão presentes nas nossas universidades, não é porque exista uma tradição ou qualquer impedimento legal para isso a ponto de ser necessária uma lei para lhes garantir vagas. Nós sabemos que há muito mais por trás disso. Existe toda uma história de marginalização de camadas da sociedade que hoje não têm acesso ao ensino primário sequer. É todo um processo que conhecemos bem. Em nossa opinião, a política do PT deve se dirigir ao cerne do problema. É preciso, sejamos claros, que a estrutura seja transformada. O companheiro, o PT, todos nós sabemos disso.⁴⁰

Embora a carta venha identificada apenas como Núcleo de Base Ilha do Governador, o que impossibilita uma análise mais precisa (não sabemos quantos compunham o Núcleo, que tipo de ligações seus integrantes mantinham com a disputa de poder no partido, se eram brancos ou negros etc.), a incluímos nessa reflexão em razão de ela sintetizar os princípios dominantes no imaginário da militância petista. Nesse caso, não se trata, especificamente, de um núcleo de militantes negros, mas de uma posição que se apresenta como sendo da militância petista diante de uma política específica para a população negra. Mas não só, como vemos na apreciação feita à política de cotas para as mulheres. Políticas específicas seja para negros, mulheres ou outros, não se coadunavam com a forma como era concebida a tarefa do partido: lutar por transformações estruturais. Isso exemplifica as dificuldades da introdução do debate sobre as políticas específicas no partido, as disputas que o permearam e também as implicações ideológicas para a militância negra petista na definição de uma posição diante dessas políticas.

Em 1993, quando Carlos Minc apresenta os projetos, poucos militantes negros se posicionariam favoravelmente a eles. Na ação parlamentar, contudo, esse tema não era novidade. Uma década antes, em 1983, Abdias Nascimento, deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio, apresentou um projeto versando sobre “*medidas de ação compensatória*” que tratava de reserva de vagas para a população negra. Depois de Abdias, outros parlamentares ligados ao movimento negro também o fizeram. Vamos encontrar proposições desse tipo em projetos de Benedita da Silva, em 1993, senadora pelo PT do Rio, Florestan Fernandes, também em 1993⁴¹, deputado federal pelo PT de São Paulo. Depois de 1995, eles passam a ser mais frequentes e mais visíveis.

O partido é um campo dinâmico, e aqueles que a ele estão ligados guiam suas práticas políticas de diferentes formas em consideração aos papéis que ocupam na arena política. Os parlamentares petistas comprometidos com o movimento social negro, ao se adiantarem ao partido ou à própria militância na proposição de políticas específicas, o fazem em razão da necessidade de darem respostas concretas para a sociedade e para os setores com os quais estão identificados.

A militância de base, por sua vez, tende a tratar o partido *como um bloco homogêneo*; e é a partir dessa visão que define o seu papel e as ações que parecem não condizer com ele. No começo da década de 1990, a despeito de em 1991 as mulheres terem aprovado a política de cotas para a ocupação de espaços na direção partidária, as políticas específicas ainda pareciam estranhas ao universo partidário. O PT estava em processo de mudança, mas nem todos o percebiam imediatamente, por isso parte da militância continuava guardando a representação originária do partido. A militância negra se insere nesse grupo. Isso explica porque a sua conversão às políticas de ações afirmativas só tenha ocorrido no período seguinte, como resultado da popularização dessas políticas com a realização da Conferência de Durban (2001) e com a chegada do partido ao governo federal. Na década de 1990, a orientação política que tinha em vista a transformação da sociedade não parecia coerente com políticas identitárias ou de valorização da diferença na esfera pública. O multiculturalismo de FHC e a política de classes dos militantes negros petistas estavam situados em campos opostos e previam diferentes políticas de combate ao racismo e às desigualdades raciais.

Considerações finais

Podemos concluir, após esse breve mapeamento da trajetória da politização da questão racial no PT a partir dos impactos das alterações no projeto político petista, que a ação e a intervenção da militância negra petista sobre o partido foi caracterizada por desencontros e tensões. Chamamos de politização o processo pelo qual alguns temas são considerados próprios, inerentes e fundamentais à estratégia partidária, sendo passíveis de debate e objetos de proposições e elaborações de políticas.

A identificação de parte da militância negra com o projeto político de um partido dos trabalhadores e o esforço de manter uma interlocução com o PT não foram suficientes para familiarizar a cultura partidária com a problemática da questão racial.

Parte dessa dificuldade está relacionada a uma espécie de desencontro entre as estratégias utilizadas pela militância negra petista e o projeto político

partidário responsável por guiar as concepções e ações políticas de partido na sociedade.

Durante a década de 1980, foi se consolidando no interior do partido uma concepção política que assinalava as tarefas do PT em termos de construção do socialismo. Essa compreensão levou o partido a se aproximar e a priorizar em sua prática política temas e atores coletivos identificados com esse projeto, enquanto excluía ou punha à margem as lutas que, segundo essa concepção, se desenvolvia fora do paradigma da luta de classes e das formas de exploração. Nesse universo político as desigualdades, preconceitos e discriminações raciais eram formas de opressão que estavam no campo político do movimento social negro. É recorrente nos documentos internos ao partido a queixa, por parte dos grupos com ligação com os movimentos sociais, de que o PT priorizava em sua organização as lutas sindicais em detrimento de outros movimentos. Mesmo que a militância negra se identificasse com o projeto de um partido comprometido com a classe trabalhadora e com a proposta socialista, havia um anseio de que a problemática racial fosse incluída no projeto político partidário com um elemento potencializador da luta de classes. O que não chegou a ocorrer.

Na década seguinte, quando por razões diversas, a classe trabalhadora e o projeto socialista perdem força como elementos constitutivos do campo da esquerda, o projeto político petista experimenta uma inflexão da luta de classes para a cidadania e do socialismo para a radicalização da democracia. O partido apresenta-se mais receptivo às lutas e temas políticos diversos, sob a autocrítica dos limites do projeto político que priorizava a luta de classes e as formas de exploração. No entanto, a militância negra que havia construído a sua estratégia de intervenção no partido sob a estratégia da articulação entre raça e classe e que estava ligada, em sua maioria, aos agrupamentos mais à esquerda do partido, mantém-se à margem, em razão dessa identidade política, do projeto político petista hegemônico da década de 1990.

A ampliação do espaço institucional para a questão racial representado pela criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, em 1995, é menos resultado do acúmulo político da militância negra petista em sua ação sobre o partido e está relacionado à visibilidade que a questão racial ganhou no ano do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares. A realização da Marcha a Brasília pelo movimento negro, sua pauta de reivindicações e as respostas do governo Fernando Henrique Cardoso conferiram visibilidade nacional ao movimento social negro e legitimaram a ampliação do espaço institucional no PT. Apesar da criação da SNCR, o tema manteve-se invisível na política partidária mais ampla.

O incipiente debate produzido pela Marcha a Brasília sobre as políticas públicas para a população negra introduziu na agenda política o tema das ações afirmativas para esse grupo que se popularizaria em 2001. Já em

1995, o movimento social negro, em sua ação e reivindicação, fez uso da cidadania atrelada à diferença como uma ferramenta de luta política. Também essa direção assumida pelo movimento social negro desafiava a estratégia de intervenção política adotada pela militância negra petista. Foi só ao longo do avanço do debate nacional sobre as desigualdades raciais e das políticas de ação afirmativa como uma resposta a elas, que a militância negra petista foi se acomodando a esse encaminhamento. A princípio, ele parecia se chocar com a sua concepção de politização da problemática racial atrelada a um projeto de transformações profundas na sociedade.

RESUMO

Este artigo trata das disputas políticas e teóricas em torno da noção de cidadania tendo como referência as alterações nos projetos político-partidários do Partido dos Trabalhadores na passagem da década de 1980 para a década de 1990. Essas alterações foram analisadas levando-se em consideração a maior ou menor abertura desses projetos ao tema das desigualdades, discriminações e preconceitos raciais. O projeto político, produto das disputas políticas internas, é o que guia as ações do partido na sociedade. Por meio dele são definidas as tarefas políticas do partido; o tipo de relação e interlocução com as demais forças políticas; assim como os espaços de poder dos diversos agrupamentos e tendências em disputa no interior do partido.

PALAVRAS-CHAVE

Projeto político; Cidadania; Luta de classes; Questão racial.

ABSTRACT

This paper is about political and theoretical contests regarding the idea of citizenship based on changes on partisan political projects of Partido dos Trabalhadores (working class party) in the passage of 1980 to 1990 decades. These changes were analyzed regarding a bigger or smaller acceptance of these projects regarding the themes of racial inequality, discrimination and prejudice. The political project, product of intern political contests, is the guide of the party actions in the society. Through it, are defined the party political tasks; the type of relation and interlocution with the other political forces; as well as how the power spaces of different groupings and tendencies in contest inside the party.

KEYWORDS

Political project; Citizenship; Class struggle; Racial issue.

NOTAS

¹ Claudete Gomes Soares é doutora em sociologia e professora da Universidade Federal Fronteira do Sul (UFFS), campus de Chapecó-SC. Contato da autora: claudete-soares@gmail.com.br.

² Ver SOARES, Claudete Gomes. *Raça, classe e cidadania: a trajetória do debate racial no Partido dos Trabalhadores (1980-2003)*. Campinas, 2009. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, IFCH. Programa de doutorado em Sociologia, 2009.

³ FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Autores Associados, 1991.

⁴ FERNANDES, Florestan. *Op. cit*, p. 14.

⁵ Ver SILVA, Ozai Antônio da. *História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

⁶ Ver AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio: Ambiguidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas. 1995; COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Rio de Janeiro, 2005. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, 2005.

⁷ Fascículo “Sociedade”, programa de governo do PT de 1989 In: *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>. Acesso em: 23 jul. 2006.

⁸ *Bases do programa de governo de 1994*. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&cid=38>. Acesso em: 23 jul. 2006. (Grifos meus.)

⁹ Ver DIRETÓRIO NACIONAL do PT. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹⁰ Programa do Partido, 1980 In: DIRETÓRIO NACIONAL do PT. *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 71. (Grifos meus.)

¹¹ Comissão de Negros do PT – Partido dos Trabalhadores. *O negro e o Partido dos Trabalhadores*. Documento cedido por Milton Barbosa em entrevista no dia 18/4/2008.

¹² Ver o jornal do PT *Boletim Nacional*, nº 27, maio, 1988, edição especial em razão do Centenário da Abolição.

¹³ Tarso Genro foi do Partido Revolucionário Comunista (PRC), uma organização política clandestina brasileira que atuou de 1980 a 1989 e que participou da fundação do PT. O PRC surgiu de uma cisão do PCdoB.

¹⁴ GENRO, Tarso. Um debate estratégico. In: MAGALHÃES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente. *Governo e cidadania: Balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 12, grifos do autor.

¹⁵ Ver PAUGAM, Serge (Dir.). *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.

¹⁶ BOBBIO, Norberto. Au début d l'histoire. *Revue Mouvements*, nº 9, maio 2000.

¹⁷ GIDDENS, Anthony. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 13.

¹⁸ FRASER, Nancy. *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*. La Découverte, Paris, 2005.

¹⁹ Comissão Estadual de Mulheres do PT/SP. *Propostas de emendas das mulheres para o primeiro Congresso do PT, novembro de 1991*.

²⁰ Ver FERNANDES, Florestan, 1991. *Op. cit.*; SILVA, Benedita da. Entrevista. *Boletim Nacional*, nº 54, 1991.

²¹ DIRETÓRIO NACIONAL do PT, *Op. cit.*, p. 507. (Grifos meus.)

²² Cf. AZEVEDO, Clovis Bueno de. *Op. cit.*, p. 195. “As Resoluções, geradas a partir de um texto-base inicialmente apresentado pelo(s) agrupamento(s) mais forte(s), são produto de negociações e confrontos, entre os diversos grupos e blocos partidários. Assim expressam, no conjunto, a força relativa de cada um deles, bem como peso das suas ideias. O procedimento adotado é o de introduzir – dependendo de acordos ou enfrentamentos havidos nos Encontros – alterações (inclusões, modificações e supressões de trechos) no documento-base inicial. De um lado, por esse processo eliminam-se, ou atenuam, as posições mais “extremadas”. Mas, de outro, quase sempre o resultado é uma “colcha de retalhos”, formada pela agregação das mais distintas e variadas ideias, muitas vezes incompatíveis [...] frequentemente o processo de negociação faz com que as Resoluções incorporem as teses dos diferentes grupos, transcrevendo diversos parágrafos dos seus respectivos documentos”.

²³ 7º Encontro Nacional, 1990 In: DIRETÓRIO NACIONAL do PT, *Op. cit.*, p. 441.

²⁴ *Op. cit.*

²⁵ 10º Encontro Nacional, 1995 In: DIRETÓRIO NACIONAL do PT, *Op. cit.*, p. 627.

²⁶ Cf. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Argumentando pela ação afirmativa. In:_____. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34/Fusp. 1999, p. 153. “A expressão [ação afirmativa], tal como é usada no cotidiano, refere-se a programas voltados para o acesso de membros de minorias raciais, étnicas, sexuais ou religiosas a escolas, contratos públicos e postos de trabalho.” Ver HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, nº 2, 2001.

²⁷ A executiva da Marcha era composta por um leque amplo de organizações do movimento negro e as centrais sindicais: Agentes de Pastoral Negros (APN's), Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-brasileira (Cenarab), Central de Movimentos Populares, Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conem), União de Negros pela Igualdade (Unegro) e o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon).

²⁸ MARSHALL, Tomas Humphrey. Cidadania e classe social. In:_____. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

²⁹ TELLES, Vera da Silva. Os Sentidos da Destituição. In: _____ *Cidadania e pobreza*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 70.

³⁰ Discurso proferido na Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra. Palácio do Planalto, 27 de fevereiro de 1996. *Atos e palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso 1995 a 1998*. Disponível em: <www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/RACIAL1.HTM>. Acesso em: 27 mai. 2007. (Grifos meus.)

³¹ *Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, em 20 de novembro de 1995, fruto da Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida*. Disponível em: <www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2007. (Grifos meus.)

³² *Op. cit.*, grifos meus.

³³ Segundo entrevista de Flávio Jorge Rodrigues da Silva, que foi secretário nacional de combate ao racismo do PT nas duas primeiras gestões (1996-1997; 1998-1999).

³⁴ Entrevista realizada com Waltecy Alves dos Santos em 1º/10/2007, na Câmara Municipal da cidade de São Paulo, no gabinete da vereadora Claudete Alves. Waltecy foi secretário estadual de Combate ao Racismo do PT de São Paulo. Na época da entrevista era assessor político da vereadora Claudete Alves.

³⁵ Cf. Combate ao Racismo para o programa governo Lula/98, GT Eleições/SNCR e outros. In: *Caderno de Textos Encontro Nacional Extraordinário*, São Paulo 23 e 24 de maio de 1998 (Centro Sérgio Buarque de Holanda – Fundação Perseu Abramo).

³⁶ *Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1999*. Disponível em: <www2.fpa.org.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?op=&xcid=38>. Acesso em: 15 ago. 2007. (Grifos meus.)

³⁷ *O combate ao racismo no PT é outra história* (1999) Disponível em: <www.pt.org.br/teses/combate_ao_racismo.html>. Acesso em: 20 mai. 2003.

³⁸ Em 1990 o Diretório Nacional do PT decidiu pela expulsão da Causa Operária, e em 1992 foi a vez da Convergência Socialista. As expulsões foram justificadas por divergências programáticas, os dois agrupamentos foram acusados de não respeitar as regras para o funcionamento das tendências, existindo como organizações próprias.

³⁹ Cf. *V Encontro Nacional de Negras e Negros do PT: Novos problemas e maiores exigências para o combate ao racismo*. Realizado em 8 a 10 de agosto de 1997, no Instituto Cajamar (Sede Nacional do PT em São Paulo, Caixas SNCR). (Grifos meus.)

⁴⁰ Carta dos arquivos do escritório do deputado Carlos Minc. In: PERIA, Michelle. *Ação afirmativa: Um estudo sobre reserva para negros nas universidades públicas brasileiras: O caso do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004, p. 47. (Grifos meus.)

⁴¹ PERIA, Michelle. *Op. cit.*